**Evento:** 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DE CONTROLE INTERNO - CCCI

**Data:** 10 de outubro de 2017

**Horário:** 14:30 às 18:00 h

**Local:** Sede do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

**Endereço:** SAS Quadra 01 – bloco a – Edifício Darcy Ribeiro - Sala 934

**Membros- Participantes:**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Membro Titular** | **Instituição** | **Cargo** |
| Wagner de Campos Rosário  | Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União | Ministro Substituto |
| José Marcelo Castro de Carvalho | Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União | Secretário-Executivo Substituto |
| Antônio Carlos Bezerra Leonel | Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União | Secretário Federal de Controle Interno |
| Vinicius de Carvalho Madeira | Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União | Chefe da Consultoria Jurídica Substituto  |
| Rodrigo Fontenelle de Araújo Miranda | Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão | Assessor Especial de Controle Interno |
| Marcus Antônio Estrella Guimarães | Petrobras | Gerente de Auditoria Interna |
| Adilmar Gregorini | Casa da Moeda | Chefe de Auditoria Interna  |

Registra-se a participação do Ministro da Transparência e Controladoria-Geral da União Substituto, Wagner de Campos Rosário.

Registra-se a presença de sete membros, conforme planilha acima, além da presença do Secretário Federal de Controle Interno Adjunto – Victor Raymond Steytler; do Gerente da CISET do Ministério da Defesa – Cleômenes Viana Batista; do Assistente Técnico Militar da CISET Defesa – Paulo Nascimento dos Santos; do Diretor de Planejamento e Coordenação das Ações de Controle (CGU) – Gustavo de Queiroz Chaves; do Coordenador-Geral de Capacitação e Qualidade (CGQUA) – Sergio Filgueiras de Paula, da Assessora Técnica da Secretaria-Executiva do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União – Patricia Alvares de Azevedo Oliveira; e da Assistente Técnica da Secretaria Federal de Controle Interno – Tatiana Freitas de Oliveira.

Registra-se a ausência do embaixador da CISET do Ministério das Relações Exteriores, por motivo de doença.

**Abertura**

O Ministro Substituto da CGU, Wagner Rosário, fez a abertura da reunião, dando as boas-vindas aos participantes, agradeceu a presença de todos e ressaltou a importância da elaboração de entendimentos pela CCCI e a necessidade de homogeneização de interpretações relativas às atividades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

O Secretário Antônio Leonel deu as boas-vindas a todos, e, dando continuidade à abertura da reunião, conferiu o quórum (7 membros) e apresentou a seguinte pauta:

1. Discussão e votação da Ata da 5ª Reunião da CCCI;
2. Exposição sobre o Estágio de implementação da IN Conjunta MP/CGU nº 1/2016 no Ministério do Planejamento;
3. Estudo comparativo das metodologias aplicadas pela CGU e pelo TCU nas auditorias de avaliação de desempenho operacional ou de execução de políticas públicas;
4. Retomada das discussões da última reunião sobre criação de Grupo de Trabalho com o objetivo de realizar estudos, apresentar diretrizes e desenvolver metodologia para implementação de modelo de autoavaliação dos resultados das atividades das Unidades de Auditoria Interna (revisão dos pares); e
5. Discussão acerca de princípios e metodologia para sistemática de quantificação e registro dos resultados e benefícios da atuação das UAIG – SFC/DC.

O Secretário Federal de Controle Interno ressaltou as dificuldades financeiras pelas quais passa o Estado brasileiro e discorreu sobre as novas propostas de trabalho da Secretaria para o exercício de 2018, que serão consolidadas em um plano tático, com uma visão mais abrangente das temáticas públicas.

O Secretário-Executivo Substituto da CGU, José Marcelo, realçou a necessidade de integração das organizações participantes da CCCI, realçando o papel da CGU não somente como órgão central do Sistema de Controle Interno (SCI), mas também como supervisor das auditorias internas e das Assessorias Especiais de Controle Interno, no que se refere a orientações normativas sobre o SCI. Ressaltou a necessidade de integração dessas áreas para a melhoria do controle interno público. José Marcelo discorreu sobre a transformação da CGU em ministério e sobre a necessidade de existir uma auditoria interna que avalie a gestão da CGU. Segundo ele, boa prática verificada internacionalmente é a submissão da unidade de auditoria interna ao Conselho de Administração. Considerando esta premissa, o Secretário-Executivo Substituto propôs que, em uma próxima reunião da CCCI se discutisse a possibilidade de estabelecer que auditores da CGU realizassem o trabalho de auditoria interna na própria CGU, com o plano de auditoria anual sendo aprovado previamente pela CCCI, garantindo a independência do trabalho da equipe. Os resultados dos trabalhos seriam também apresentados à CCCI.

O Secretário Federal de Controle Interno corroborou a proposta e complementou, informando sobre a Resolução do Banco Central do Brasil (BACEN) nº 4.588, de 29/06/2017, que trata da definição do orçamento para as atividades de auditoria interna nas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. Segundo ele, a partir desta Resolução, a questão de definição de alocação de pessoal e orçamento por parte das unidades de auditoria interna deve ser realizada previamente, junto ao Conselho de Administração, não havendo discussão com as áreas a serem auditadas sobre definição de recursos. Este modelo inovador garantiria a manutenção da independência dos auditores.

Após os comentários iniciais, foi votada a ata da 5ª Reunião, aprovada de forma tácita, tendo em vista que nenhum dos membros anteriores permaneceu no colegiado.

**1º item: Exposição sobre o Estágio de implementação da IN Conjunta 01 MPOG/CGU no Ministério do Planejamento**

O Assessor Especial de Controle Interno do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Rodrigo Fontenelle relatou as ações que estão sendo tomadas no âmbito do Ministério para implantação da Gestão de Riscos. O Ministério aprovou a Portaria nº 150/2016 e a Assessoria de Controle Interno desenvolveu metodologia a ser utilizada em todas as unidades do Ministério. Tendo como base o questionário do Tribunal de Contas da União, 500 servidores avaliaram o nível de maturidade da gestão de riscos e atribuíram nível 1. A partir disso, foi elaborado Plano de Ação em maio de 2016 e criado um Comitê Técnico para validar a metodologia elaborada, que foi criada a partir de benchmarking, especialmente com o Banco do Brasil. No 2º semestre, definiram a política. Como teste, o modelo foi aplicado em um determinado processo.

Atualmente, está sendo desenvolvido internamente sistema de informação para o gerenciamento de riscos, com a utilização de fábrica de software, que poderá ser disponibilizado a outros ministérios. Também foi desenvolvido um método de priorização de processos para auxiliar na escolha dos processos que seriam submetidos prioritariamente à análise de riscos. Toda a documentação encontra-se disponível no site do Planejamento – manuais e ferramentas.

Como instâncias de governança, o MP conta com um Comitê de Governança Estratégica, que deve se reunir duas vezes ao ano, e com um Subcomitê (SIRC), que se reúne bimestralmente e contém integrantes de cada secretaria para discutir tecnicamente e subsidiar o Comitê. Há ainda um Núcleo de IRC – atribuição da Assessoria Especial de Controles Internos – que conversa com as unidades de risco e controle e gestores de cada processo. Segundo Fontenelle, não houve aumento de custos nem de cargos na criação destas instâncias de governança.

No primeiro semestre de 2017, foi realizado mapeamento dos riscos dos nove processos selecionados para elaboração do plano de ação até o final de 2017. Fontenelle realçou que será realizado ainda o mapeamento dos riscos para o não atingimento dos objetivos estratégicos. Ressaltou que a atividade de assessoria em Gestão de Riscos prevê avaliação de risco prévio para avaliar um novo projeto de fundo. Isso significou aproximação com a alta administração, já que essa avaliação foi solicitada por ela.

Estão sendo produzidos, ainda, vídeos para explicação sobre o tema de gestão de riscos e peças lúdicas sobre o tema integridade, a partir da extração da Corregedoria sobre as principais faltas relacionadas à integridade dos servidores.

Sobre capacitação, o MP tem tentado junto com a CGU capacitar servidores para que atuem como multiplicadores em gestão de riscos.

O gerente de auditoria interna da Petrobras questionou sobre o prazo para desenvolvimento do sistema. Rodrigo Fontenelle respondeu que a previsão é de um ano, sendo a entrega não para gestão de riscos avançada, mas com o suficiente para dar suporte ao processo de gerenciamento de riscos do ministério

Adilmar Gregorini questionou sobre a possibilidade de treinamento para empregados da Casa da Moeda. Fontenelle respondeu que ele ainda está ministrando cursos, mas tem equipe de multiplicadores já realizando treinamento. Falou da oficina de Paulo Graziottin, que por ser bem operacional, necessita de outra opção mais curta para o nível estratégico. Ressaltou que está sendo elaborado curso gratuito em EaD, com quinze horas, que será disponibilizado na grade da Enap, com previsão de abertura de vagas para o próximo ano.

Antônio Leonel realçou a distinção entre as unidades da Administração Pública e as dificuldades para implantação da IN Conjunta MP/CGU nº 01/2016 – Software, Treinamento, etc. Levantou a preocupação de contratação de consultorias como potencial de corrupção. Falou sobre a criação de um fórum para discutir a implantação da IN – empresas com mercado concorrencial, dependentes, universidades, administração direta, etc, informando que a agenda está ainda em nível embrionário. Ressaltou que o Bacen utiliza as ferramentas de gerenciamento de risco para tomada de decisão e que é preciso ver a IN como ato de gestão e não ato de controle.

**2º item: Estudo comparativo das metodologias aplicadas pela CGU e pelo TCU nas auditorias de avaliação de desempenho operacional ou de execução de Políticas Públicas**

Esse item foi apresentado por Cleômenes Viana, da CISET Defesa, o qual iniciou sua apresentação falando sobre semelhanças identificadas entre as metodologias de Avaliação da Execução de Programas de Governo (AEPG) da CGU e de Auditoria de Natureza Operacional - ANOP do Tribunal de Contas da União.

As principais diferenças, segundo ele, seriam relacionadas à nomenclatura e às etapas do trabalho. Discorreu sobre aspectos contemplados pela auditoria operacional do TCU (economicidade, efetividade, eficácia, eficiência) e sobre a preocupação com o ciclo das políticas públicas do AEPG.

Na sequência, realizou uma comparação detalhada dos dois métodos – utilizou como método referenciar os tópicos de cada manual - e avaliou que os produtos tendem a ser semelhantes, dada a semelhança entre as tarefas inseridas em cada uma das etapas da auditoria, apesar de usarem nomenclaturas distintas. Realçou que ambas as metodologias utilizam as mesmas fontes de informação: PPA, LOA, planos setoriais, informações de mídia, etc.

Após a explanação, apresentou um diagrama resumido sobre a metodologia estruturada pela CISET Defesa.

Segundo Cleômenes, a CISET ainda não implantou metodologia de riscos para a auditoria, mas utiliza critérios de materialidade, criticidade e relevância para subsidiar o planejamento de auditoria. Comunicam aos gestores como a auditoria irá trabalhar no ano.

O exemplo utilizado para explicar a atuação da CISET Defesa foi o Programa Calha Norte, tendo sido detalhadas as informações que comporiam o levantamento de informações, a distribuição de recursos e o fluxo da ação. Foram identificados os riscos associados ao processo de execução do programa, em um total de cem. Os riscos foram classificados e registrados em uma matriz de riscos. Foram convidados os gestores para validar os fluxos e classificar os riscos para comparação com a avaliação da equipe de auditoria. Para cada um dos riscos selecionados, foram definidas questões e subquestões estratégicas. Foram definidas amostras dos objetos por municípios das regiões que receberam recursos do Programa e elaborada matriz de planejamento (plano operacional). No momento da reunião, estava em andamento a elaboração do relatório.

O Secretário Federal de Controle Interno discorreu sobre a convergência entre os métodos, mas ressaltou a perda da questão da referência do PPA, dada a transversalidade das políticas públicas. Falou da participação da CGU no Comitê de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP), para subsidiar a decisão política dentro do Poder Executivo. Antônio Leonel realçou a necessidade de dar transparência às avaliações para subsidiar até mesmo as decisões políticas na Comissão Mista de Orçamento. Reforçou a disponibilização da Secretaria Federal de Controle Interno (SFC) para apoiar a CISET Defesa com relação ao Programa Calha Norte. Falou do novo Plano Tático e pediu ao Diretor de Planejamento e Avaliação das Ações de Controle (DC) para providenciar apresentação da nova forma de seleção de temas a serem auditados pela SFC para o Plano Tático para a próxima reunião da CCCI.

Adilmar Gregorini comentou o aumento de recursos que é possível identificar no Programa Calha Norte e da expansão dos objetos, não relacionados ao Ministério da Defesa.

**3º item: Retomada das discussões da última reunião sobre criação do GT com o objetivo de realizar estudos, apresentar diretrizes e desenvolver metodologia para implementação de modelo de autoavaliação dos resultados das atividades das Unidades de Auditoria Interna (revisão dos pares)**

O Diretor da DC, Gustavo Chaves falou sobre a necessidade de ajustes na atuação da Auditoria Interna a partir da Instrução Normativa SFC nº 03, de 9 de junho de 2017. A referida IN contém a exigência de processo de avaliação das auditorias internas.

O Coordenador-Geral de Capacitação e Qualidade - CGQUA, Sergio Filgueiras, ressaltou que a iniciativa para estabelecimento de uma metodologia para autoavaliação dos resultados das Unidades de Auditoria Interna foi proposta na última reunião da CCCI pelo então chefe da Auditoria do BACEN, Ailton de Aquino. Além disso, informou que o Acórdão do TCU nº 2.622/2015 - Plenário (item 9.5.4) contém recomendação para que a CGU continue a orientar as Auditorias Internas na promoção de autoavaliações. Nesse sentido, ponderou que seria interessante a criação de um grupo que discuta a necessidade de um padrão para essa avaliação.

Sergio Filgueiras realçou que trabalho realizado no âmbito do CONACI propôs grupos de trabalho para discutir questões de avaliação das auditorias internas. Segundo ele, um dos resultados do grupo foi o estudo do Modelo IACM, que mede o grau de maturidade das auditorias internas, prevendo 5 níveis. O coordenador da CGQUA apresentou o modelo para deliberação pelo grupo quanto à sua adequabilidade à avaliação da maturidade as auditorias internas no Setor Público.

Sérgio ressaltou que não se trata de um programa de qualidade – avaliação dos relatórios, planejamento, etc. O IACM não avaliará a qualidade dos serviços, mas o nível estrutural para prestar os serviços. Segundo ele, o modelo não prescreve um nível ideal. O nível de maturidade desejável é aquele que permite à unidade de auditoria interna prestar o serviço a que se propõe. Para alcançar o nível de maturidade desejável, é preciso elaborar um plano de ação. Útil também para mostrar aos gestores a importância da atividade de auditoria interna.

Em seguida, apresentou as características para cada nível de capacidade no modelo IACM. Sérgio lembrou, ainda, que as Controladorias dos Estados e dos Municípios que participam do CONACI já estão utilizando este modelo e ponderou que seria interessante que todas as auditorias internas do Poder Executivo o utilizassem. Segundo ele, as melhores auditorias do mundo estão no nível 4, não havendo nenhuma no grau de maturidade de nível 5. Na sequência, explicou os elementos da atividade de auditoria interna (serviços e funções da Auditoria Interna, gerenciamento de pessoas, práticas profissionais, gestão de desempenho e responsabilidade, cultura e relacionamento organizacional, estrutura de governança). Por fim, falou dos macroprocessos-chave, atividades que a AUDIN deve realizar para atender a cada um dos requisitos.

Segundo ele, os passos para implementação do modelo são: treinamento na metodologia, estabelecimento do nível de capacidade ideal, autoavaliação e validação externa (pares). Realçou que CGU já tem um software, desenvolvido pelo Banco Mundial, que possibilita o registro das informações necessárias, o qual pode ser disponibilizado aos demais interessados. Internamente, a CGU fará uma autoavaliação para discutir com o Secretário Federal de Controle Interno o nível desejado de em relação às atividades da SFC. A proposta é disseminar a metodologia e que as unidades se “auto-candidatem” a participar da experiência. Ressaltou que a IN nº 03/2017 e o modelo do Programa de Qualidade da SFC já preveem o IACM. Sérgio ponderou que a ferramenta é gratuita, havendo necessidade, no entanto, de compra do material desenvolvido pelo IIA com o detalhamento da metodologia. Considerando que a versão aprovada pelo IIA está em inglês, ponderou que uma versão não oficial em português poderia ser utilizada.

O Auditor da Petrobras ponderou que na empresa eles utilizam metodologia do IIA da Austrália, que trata de empresas privadas. Segundo ele, o Comitê de Auditoria da Petrobras orientou sobre a padronização de atuação, que prevê, inclusive, avaliação externa, por exigência do Comitê de Administração.

**Encaminhamentos:**

Considerando os distintos modelos, e a necessidade de que os representantes das Auditorias Internas, das CISET e dos AECI consultem os representados sobre a melhor estratégia para implementação da autoavaliação, será encaminhado e-mail para os membros da CCCI, pedindo que se manifestem sobre a adoção imediata do modelo ou sobre a criação de um Grupo de Trabalho para escolher um modelo de avaliação único.

**4º item: Discussão acerca de princípios e metodologia para sistemática de quantificação e registro dos resultados e benefícios da atuação das UAIG – SFC/DC**

Gustavo Chaves iniciou a apresentação tratando da necessidade de avaliação do quanto de agregação à gestão está sendo feito pela auditoria interna. Falou dos normativos da CGU que estabeleceram a forma de quantificação dos benefícios. Realçou que inicialmente a Portaria que estabelecia as orientações para quantificação de benefícios falava somente de benefícios da atuação da SFC e não das demais áreas da CGU.

Segundo ele, os benefícios não são somente decorrentes do trabalho da auditoria interna, implicam implementação da recomendação. Gustavo ponderou que a Portaria da CGU se baseou em estudos das metodologias do GAO, do NAO e do TCU sobre benefícios financeiros. Os princípios adotados foram: padronização, conservadorismo, rastreabilidade. Realçou a necessidade de suporte documental e da boa governança.

A Portaria atual que trata do tema é a de nº 1.410/2017 e contém definição de benefícios e separação em financeiros e não financeiros, além da definição de prejuízo.

Marcus Antônio ponderou que, no caso da Petrobras, havia dificuldades entre a quantificação do que recuperou e do que parou de gastar.

O Diretor da Diretoria de Planejamento e Coordenação das Ações de Controle (DC) da SFC informou que, no caso da CGU, o processo está bem materializado em um manual e que é seguido o princípio do conservadorismo.

Leonel realçou a importância do trabalho da auditoria como subsídio ao Comitê de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas Federais (CMAP) - decisões de gestão são tomadas com base nos trabalhos de auditoria. Ponderou que são requisitos para mensurar: impacto positivo na gestão, nexo causal e benefício financeiro líquido.

Gustavo apresentou as regras para validação dos benefícios.

Marcus Antônio argumentou que na Petrobras, no caso de retorno de dinheiro, não há necessidade de aprovação superior.

No caso da CGU, Leonel realçou o fluxo de alçada não é burocrático e que somente são computados benefícios para valores acima de R$ 100.000,00. Apresentou, inclusive, a classificação dos benefícios utilizada pela SFC. O Secretário Federal de Controle Interno defendeu que sejam computados como benefício financeiro os valores suspensos dos cidadãos por não elegibilidade, ainda que o valor cortado venha a ser utilizado para outros beneficiários.

Na sequência, discorreu sobre benefícios não financeiros e mostrou o histórico de contabilização dos benefícios da atividade de auditoria interna. Leonel realçou que a estratificação dos benefícios não financeiros que impactam o governo como um todo, tal como previsto na IN SFC nº 03/2017, vai permitir mostrar como as auditorias internas contribuem para a melhoria do gasto público (exemplo – mudanças no Siape).

Gustavo acredita que a ideia de um referencial sobre o tema fomentará a quantificação de benefícios pela atuação das unidades de auditoria interna. Sugeriu o estudo pelas unidades supervisionadas do manual de quantificação dos benefícios.

Leonel propôs um estudo para mapear o que temos hoje sobre a uniformização da linguagem, para que se fale de grandes números no Sistema de Controle Interno, sem engessar a medição pelas unidades de auditoria interna.

Segundo o Gerente de Auditoria da Petrobras, a empresa trabalha com um indicador trimestral, com informação quanto o que se recuperou e o que se tem a recuperar.

Leonel falou da necessidade de que a auditoria entregue resultados para a gestão, ponderando que: “Se a gente não for parte da solução, viraremos problema”.

O Secretário Federal de Controle informou que a SFC irá fazer proposta de cronograma de estudos internos para apresentar na próxima reunião uma regulamentação mínima para que seja possível consolidar em algum lugar os benefícios gerados pela Atividade de Auditoria Interna Governamental.

Adilmar Gregorini realçou que parte do HH da Casa da Moeda já está comprometida com demandas de órgãos reguladores e que não têm muita margem de manobra.

Leonel ponderou que a IN 24/2015 retirou todos os temas obrigatórios. Realçou sua disponibilidade para discutir junto à SEST as demandas de órgãos reguladores, mas considera que essas demandas são importantes porque lidam justamente com os interesses dos investidores. Segundo ele, a CVM deve seguir convergência internacional, então considera difícil extinguir essas exigências.

Adilmar complementou com a informação de que as exigências da SEST também oneravam bastante as atividades de auditoria interna e Leonel se ofereceu para fazer a discussão junto à SEST.

Por fim, Leonel ponderou que a quantidade de recomendações pendentes na SFC – por volta de 40.000 ativas – inviabilizava o monitoramento. Nesse sentido, informou sobre um futuro trabalho que será desenvolvido pela SFC, com utilização de um estatístico que irá usar aprendizagem de máquina para dar baixa nas recomendações. Na sequência informou que, após a realização deste trabalho, essa metodologia será disseminada para as demais unidades do SCI e auxiliares para poupar tempo.

**Encaminhamentos:**

Ficou decidido que a DC fará o mapeamento até a próxima reunião (prevista para fevereiro/2018) para conhecer os pontos divergentes e convergentes entre as metodologias atualmente utilizadas para quantificação de benefícios por parte das UAIG. O Gerente de Auditoria da Petrobras informou que o escritório em Brasília pode atuar junto com a CGU. Leonel ponderou que as demais auditorias internas das empresas também devem ter suas metodologias próprias.

Após o cumprimento da pauta, o Secretário Federal de Controle Interno, Antonio Leonel, encerrou a reunião, agradecendo a disponibilidade de todos.